

presidente da República para que revogue a farsa da reforma do ensino médio.

Quero ainda, Sr. Presidente, dizer que nós estamos acompanhando todo esse debate, aliás, há muitos anos, sobre a violência nas escolas. E o estado de São Paulo tem abandonado os nossos professores vítimas da violência escolar. Nós tivemos vários casos aqui.

Em 2019 aquele caso em Suzano, ano passado nós tivemos o caso na cidade de Ipaussu, duas professoras foram esfaqueadas, agora, recentemente, duas semanas atrás, nós tivemos o caso da Vila Sônia, da Escola Estadual Thomazia Montoro, onde nós perdemos uma colega nosso do Magistério.

O Estado abandona, as professoras lá estão reclamando que não têm assistência nenhuma, nem psicológica, nem financeira. O Estado diz que vai dar assistência, e não dá. Tenho um vídeo aqui de uma professora de Ipaussu, uma cidade perto de Ourinhos, que foi esfaqueada, levou 13 facadas, está viva, mas foi abandonada pelo governo. Olhe só o depoimento dela, só para eu encerrar o meu pronunciamento de hoje.

- É exibido vídeo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado, vamos concluir. Já passaram dois minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Terminando, concluindo, calma.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu estou calmo, deputado. Só que o tempo corre.

- É exibido o vídeo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Passaram três minutos, por gentileza. Vamos encerrar o vídeo, por gentileza?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, então, para uma comunicação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro, que V. Exa. está sendo desleal. Não tem mais nenhum orador presente. Vossa Excelência está sabotando o meu pronunciamento. Vossa Excelência já deu tempo a mais para vários deputados. Estou fazendo uma denúncia séria, de uma professora da rede estadual, que foi abandonada pelo governo.

O governo mente para a opinião pública e para a população, dizendo que vai dar assistência. Nós temos um caso concreto, uma professora que não tem assistência financeira, psicológica, médica, que está abandonada, no interior de São Paulo, vítima da violência, no ano passado.

É o que está acontecendo também com as professoras da Escola Estadual Thomazia Montoro. Então, é muito sério isso. Nós estamos exigindo providências da Secretaria da Educação, e do governador Tarcísio.

Não é possível que as nossas professoras sejam abandonadas depois de serem esfaqueadas nas escolas, sem nenhum tipo de assistência. Olha só, esse é o exemplo de uma delas.

Então é um caso sério que nós vamos levar para a Comissão de Educação. Então essa era a denúncia que eu queria fazer. Por isso que o vídeo é muito importante. Porque é um relato, um depoimento, de uma professora que estava no chão da escola, e que recebeu 13 facadas, e sobreviveu por um milagre.

Então era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, e nenhum deputado mais para fazer pronunciamento, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado, é regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 38 minutos.

4 DE ABRIL DE 2023

14ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.
2 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - BETH SAHÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - VITÃO DO CACHORRÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - LETÍCIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - GUILHERME CORTEZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - TOMÉ ABDUCH
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
13 - TOMÉ ABDUCH
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - ANDRÉA WERNER
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - THAINARA FARIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - VALDOMIRO LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento (aparteada pelo deputado Valdomiro Lopes).
18 - LETÍCIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
20 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
21 - ANA PERUGINI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
22 - MAJOR MECCA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
23 - OSEIAS DE MADUREIRA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
24 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
25 - CARLA MORANDO
Pelo art. 82, faz pronunciamento.

26 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
27 - CARLA MORANDO
Para comunicação, faz pronunciamento.
ORDEM DO DIA
28 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento de não realização de sessão no dia 06/04. Coloca em votação, separadamente, e declara aprovados requerimento de indicação do deputado Alex Madureira como corregedor parlamentar e do deputado Delegado Olim como corregedor parlamentar substituto para o biênio 2023-2024; e requerimentos de criação de comissão de representação: da deputada Beth Sahão, de criação de comissão de representação para despachar com ministros de Estado, em Brasília, nos dias 10 a 11/04; e do deputado Léo Oliveira, de criação de comissão de representação para participar da Agrishow, em Ribeirão Preto, nos dias 01 a 05/05. Coloca em votação requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04.
29 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
30 - GIL DINIZ
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome do PL.

31 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
32 - EDUARDO SUPLYCY
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome do PT.
33 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Comenta o pronunciamento do deputado Eduardo Suplicy.
34 - GUTO ZACARIAS
Para comunicação, faz pronunciamento.

35 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome do PSOL.

36 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Informa aos deputados que estão prontas suas carteiras parlamentares.

37 - ALEX MADUREIRA
Para comunicação, faz pronunciamento.

38 - BETH SAHÃO
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome da Minoria.

39 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome da Minoria.
40 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Para comunicação, faz pronunciamento.

41 - GUTO ZACARIAS
Encaminha a votação do requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04, em nome do União Brasil.

42 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento, da deputada Thainara Faria, de criação de comissão de representação, para representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Encontro Nacional de Parlamentares Negras e Negros, em Brasília, no dia 12/04.
43 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Para comunicação, faz pronunciamento.

44 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
45 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Pede que os deputados não usem os microfones de aparte para debates.
46 - THAINARA FARIA
Para comunicação, faz pronunciamento.
47 - MILTON LEITE FILHO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
48 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 05/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão extraordinária, com início previsto para as 19 horas de hoje. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes mesmo de nós entrarmos aqui no Pequeno Expediente, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão ou às 19 horas, caso a sessão não atinja o seu tempo limite, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 3ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 05/04/2023.

Vamos iniciar o nosso Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. Vossa Excelência chegou, como sempre, no horário. Tem V. Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Gilmaci Santos, prezados vereadores, prezadas vereadoras, quero hoje destacar, logo no início desta minha fala, que, de modo algum, sou contra o trabalho das polícias. Mas fui ensinado, desde cedo, que esse trabalho seria para manter a segurança e evitar transtornos para toda a sociedade.

Isso não ocorre há tempos, especialmente nas comunidades mais pobres que, frequentemente, são penalizadas por ações policiais mal pensadas que acabam se tornando desastrosas, com sérias consequências para quem ali vive.

Como vimos na tarde de ontem, em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, que fica na zona sul do município, policiais avistaram um assalto que concluíram que deveriam intervir.

Isso é adequado, mas o que não é adequado é a forma precipitada como o fizeram, iniciando uma perseguição perigosa, disparando tiros no meio da multidão que por ali circulava, alegando que os supostos suspeitos teriam feito menção de atirar, colocando em risco a vida dos moradores.

É preciso lembrar que as comunidades são feitas de trabalhadores e trabalhadoras, crianças, idosos, pessoas com deficiência física, gestantes, estudantes etc, como todo e qualquer lugar da cidade.

Esse tipo de ação não ocorre em bairros nobres. A bala perdida sempre está nas comunidades, bem como a truculência e o despreparo dos agentes da Segurança Pública. Isso inviabiliza a relação entre a polícia e a população a quem ela serve.

Como bem falou Ariel de Castro Alves, atual secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ministério dos Direitos Humanos, em entrevista para a BBC em julho de 2020: “mas a partir do momento em que a polícia comete abusos, discrimina e atua de forma racista, isso gera descrédito, essa desmoralização dos policiais e a própria população contribui menos para o esclarecimento de crimes.

Isso é um problema grave de Segurança, mas ao mesmo tempo, a população da periferia já está cansada de abordagens violentas. As abordagens deveriam ser para fazer a identificação, mas muitas vezes ocorrem abusos, abordam sem suspeitas, sem indícios”.

Todos os especialistas em Segurança Pública alertam para o desgaste da imagem da polícia diante da sociedade e essas ações descoordenadas e arriscadas só aprofundam o problema e intensificam a crise.

Parte dos investimentos em Segurança Pública promoveram uma mudança de mentalidade e de comportamento dos policiais, trazendo a humanização e erradicando os elementos que intensificam a violência.

Na tarde desse final de semana, os moradores da comunidade de Paraisópolis ficaram no meio do fogo cruzado, em mais uma ação policial que mostra o despreparo de agentes da Segurança Pública.

O saldo dessa ação foram cinco feridos, entre eles, segundo relatos dos veículos de comunicação, dois eram totalmente inocentes. É inaceitável que as ações policiais continuem seguindo a cartilha do descuido e da inconseqüência.

A criminalidade precisa ser contida, mas não à custa do medo e do sofrimento dos moradores de comunidades como Paraisópolis e tantas outras que presenciam quase que diariamente essas ações ineficientes e perigosas e relatam seu sentimento de abandono nessa situação.

A polícia precisa mudar sua atuação urgentemente e nós temos aqui, no plenário, diversas representantes da polícia: quero dizer que essas palavras são ditas construtivamente, com todos o respeito ao trabalho de cada um dos policiais da PM São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado.

Só queria fazer uma ratificação aqui: eu falei do Projeto de Resolução nº 8, de autoria da Mesa, em discussão em 2º turno, mas é discussão em 1º turno. A Resolução nº 8 também.

Com a palavra, o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, eu quero primeiramente manifestar o meu total apoio, nosso total apoio à greve dos servidores municipais, servidores e servidoras municipais de São Bernardo do Campo que estão em greve desde o dia 27 de março, reivindicando melhores salários, melhores condições de trabalho... Servidores e servidoras que estão com os salários archochados há muitos anos, Sr. Presidente.

Eu recebi aqui uma carta aberta à população de São Bernardo do Campo, dos servidores que estão divulgando essa carta para toda a população, fazendo um trabalho importante de conscientização dos motivos da greve. São vários os motivos, Sr. Presidente. Olha: eles não têm reajuste desde 2017, já acumulam perdas salariais de 18,82 por cento.

O prefeito de São Bernardo do Campo não cumpre o reajuste, não reajusta o valor do vale-transporte, do auxílio-alimentação; não paga o piso nacional salarial. Uma das cidades mais ricas do Brasil, São Bernardo do Campo não paga o piso nacional do Magistério.

Não paga dignamente as auxiliares de limpeza, cujo rendimento líquido é inferior a 900 reais. Imagina, uma servidora do quadro de apoio escolar da Educação ganhando abaixo do salário mínimo nacional e regional.

Não paga corretamente, também, não valoriza os servidores da GCM, Sr. Presidente. É grave a situação lá em São Bernardo do Campo. Então, nós manifestamos o nosso total apoio à greve e ao movimento em defesa dos direitos e da dignidade dos nossos colegas servidores de São Bernardo do Campo.

Também aproveito, Sr. Presidente, para manifestar o mesmo apoio, nosso total apoio aos servidores e servidoras de Bauru, que estão em greve também, reivindicando melhores salários, melhores condições de trabalho, pagamento do piso nacional do Magistério para todas as professoras e professores da educação infantil, do ensino fundamental. Reajuste, também, para todos os servidores, porque a greve não é só do Magistério, mas de todos os setores do funcionalismo público.

Lá também o piso nacional não é pago para o Magistério; nós temos professoras adjuntas ganhando apenas 1.500 reais. É um absurdo essa situação de Bauru, das nossas servidoras e dos nossos servidores.

Então, nós estamos aqui, da Assembleia Legislativa, hoje, manifestando também o nosso apoio a vocês que estão em greve em Bauru. É uma greve que tem o amparo da Constituição Federal, porque a greve é um direito sagrado, constitucional.

Nós apelamos para que a prefeita da cidade atenda às reivindicações dos nossos servidores e servidoras de Bauru, Sr. Presidente, porque tem que reajustar os salários, tem que ter data-base respeitada em cada município, em cada estado; isso está na lei.

O Art. 37 da Constituição Federal obriga todos os entes federativos, Municípios, Estados e União, a no mínimo repor as perdas inflacionárias de todos os servidores públicos do nosso país. Está lá no Art. 37.

Aqui em São Paulo, nós temos uma lei de 2016 que criou a data-base dos servidores, que é no dia primeiro de março. E aqui também não houve, ainda, o reajuste; o governo está na contramão.

Então, todo o nosso apoio a vocês, servidores e servidoras em greve em Bauru.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Com a palavra, o deputado Reis. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.)

Entramos, neste momento, na Lista Suplementar. Com a palavra, a deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputadas e deputados presentes, todos os que nos acompanham, traba-

lhadores desta Casa. Venho aqui porque na última sexta-feira a deputada Thainara Faria subiu a esta tribuna para relatar uma série de casos de racismo que aconteceram com ela nesta Casa Legislativa desde a posse. Eu queria, primeiro, manifestar nossa solidariedade e dizer que felizmente a deputada Thainara não está sozinha.

Até esta legislatura, só quatro mulheres negras tinham sido eleitas deputadas estaduais nesta Casa: Theodosina Ribeiro, Leci Brandão, Erica Malunguinho e Monica Seixas com a Mandata Ativista.

Felizmente, nesta legislatura nós somos mais. Além da querida Leci Brandão, além da Monica, que já estavam aqui, estamos também Thainara, eu, Ediane. Isso, Sr. Presidente, infelizmente, ainda é pouquíssimo perto da nossa representação na sociedade, já que as mulheres negras são o maior segmento populacional da sociedade brasileira.

Só que a nossa eleição é um recado. É o recado de que nós não aceitaremos mais nada sobre nós sem nós. Nós queremos e vamos fazer política em primeira pessoa e, infelizmente, pelo baixo número de parlamentares negras na nossa história, esta Casa não está acostumada com pessoas como a Tainara, com pessoas como eu, subirem aqui nessa tribuna e fazerem uso da fala.

Isso não significa que nós não temos trabalhadoras negras na Casa. Nós estamos nos gabinetes, nós somos as policiais, nós estamos no atendimento, estamos na limpeza, estamos aqui prestando apoio também à atividade parlamentar. A verdade é que essas trabalhadoras estão aqui, elas existem e, com certeza, assim como eu, sentiram na pele o que a deputada Thainara relatou aqui neste plenário e podem também eventualmente ter sofrido racismo nesta Casa.

Só que, como a deputada Thainara disse, esse caso não foi um caso isolado, que aconteceu só aqui quando assinou a lista. Aconteceu também na posse, aconteceu em outros momentos. Então, para além da medida concreta que foi já adotada pela Presidência desta Casa, nós entendemos que é fundamental que esta Casa seja, de fato, uma Casa antirracista.

Eu verbalizo aqui a minha proposta, que eu vou formalizar também por ofício, para a Presidência desta Casa, de que o SOS Racismo, órgão de referência que existe aqui dentro da Alesp, consiga fornecer uma formação antirracista e cursos para os trabalhadores desta Casa, entendendo que nós precisamos ser ativamente antirracistas por aqui.

Informo também aos senhores deputados que nós protocolamos o Projeto de lei nº 136, de 2023, que prevê a obrigatoriedade de divulgação, em todos os espaços públicos e privados, do “Disque 100” e do número do SOS Racismo, entendendo que racismo é crime e precisa ser denunciado e combatido em todo o nosso Estado.

Quero utilizar os minutos que nos restam para comemorar, dizer que hoje, felizmente, foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 14.541, de 2023, que garante o funcionamento ininterrupto das delegacias especializadas da mulher. Isso significa 24 horas por dia, sete dias por semana. E no estado de São Paulo, vejamos só, nós temos 140 delegacias especializadas da mulher, mas só onze delas funcionam de forma ininterrupta.

Inclusive, uma das demandas do movimento feminista é justamente que todas as delegacias funcionem 24 horas por dia, as delegacias especializadas da mulher. Isso é importante porque muitas das violências acontecem aos finais de semana, nos domingos, acontecem de madrugada e essas mulheres precisam ter condições de formalizar a denúncia, inclusive perto das suas casas.

Esta Casa aqui já aprovou, em 2018, o projeto de lei da deputada Beth Sahão, que foi vetado pelo governador João Doria, e que previa o funcionamento 24 horas, sete dias por semana, das delegacias especializadas da mulher.

Mas hoje, felizmente, nós tivemos essa conquista em âmbito federal e o nosso mandato atuará pelo cumprimento integral da Lei Federal 14.451, de 2023, no estado de São Paulo, assim como lutará também pela ampliação do número de policiais civis mulheres, pela ampliação das delegacias especializadas, a fim de que as mulheres em situação de violência possam ter um atendimento integral.

Eu formalizo aqui também um questionamento para o Governador do Estado que é pra saber quando que efetivamente essa lei federal sancionada hoje vai começar a ser cumprida no estado de São Paulo.

É urgente que se cumpra, pela vida das mulheres. Nós fazemos isso, assim como fazemos também a luta pela aplicação de todas as outras medidas não penais previstas pela lei Maria da Penha.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero informar que nós também protocolamos o Projeto de lei nº 134, de 2023, que prevê o pagamento de auxílio aluguel, aqui no Estado, para mulheres em situação de violência, para que elas possam romper o ciclo de violência.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. Com a palavra o deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Ana

Perugini. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.)

A SRA. BETH SAHÃO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputadas e deputados desta Casa, funcionários, pessoal que nos assiste pela TV Alesp, a gente sempre tem algumas boas notícias, não é? Principalmente essas que vêm do governo federal.

Hoje eu fiquei muito feliz porque eu apresentei aqui, nesta Casa, há muitos anos, um projeto para estender o funcionamento das delegacias de defesa da mulher. Se não me engano foi no meu segundo mandato, deputada Bebel, para as delegacias funcionarem de sábado, domingo, feriados e no período noturno.

Por que eu fiz isso? Porque exatamente nesses horários a violência sobre a mulher aumenta e muito. Nós temos no estado de São Paulo 133 delegacias de defesa da mulher. E aí, no final de 2018, depois de muita luta, depois de muita batalha aqui no interior desta Casa, Sr. Presidente, nós conseguimos, o senhor estava aqui, aprovar esse projeto. Por unanimidade aqui. Em dezembro de 2018.

Tal minha surpresa que durante o mês de janeiro qual foi um dos primeiros projetos que o governador Doria vetou? Exatamente esse. Vetou integralmente. O veto está aqui já para ser derrubado, mas eu nem sei se precisa mais, porque eu fui totalmente contemplada com essa decisão do governo federal, do governo Lula, que sancionou uma lei ontem para que todas as delegacias de defesa da mulher passem a funcionar 24 horas.

Isso é muito importante, é uma luta antiga de nós, mulheres, mas não basta estender o funcionamento das delegacias. Deputado Reis, V. Exa. que atua tanto na Segurança Pública, essa questão da mulher é uma segurança muito diferente, ela é específica. E o que está acontecendo aqui no estado de São Paulo?

A gente, que lutou através dos movimentos de mulheres, de organizações não governamentais, para que as delegacias tivessem um espaço próprio, que as delegadas fossem treinadas e capacitadas para atender os problemas de violência doméstica, entre outros, para que as delegacias tivessem, em sua composição, psicólogos, assistentes sociais etc.

Hoje não é isso que se vê, muito pelo contrário, eles fizeram uma mudança recentemente buscando a integração, fecharam as delegacias de defesa da mulher naquele espaço e transferiram esses serviços para juntar com as delegacias convencio-